

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS: PERSPECTIVAS CRÍTICAS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA.

Fabio Barbosa de Miranda^{1*}

comunae18@gmail.com

Fulvio Marcelo Popiolski^{2**}

fulvio@unochapeco.edu.br

RESUMO: O artigo retrata a organização Bombeiros Voluntários, sob um olhar crítico com perspectivas no dilema da construção identitária destas organizações sociais imiscuídas na inspiração militar. Como um projeto de ensino de bombeiros voluntários pode ser pensado e executado sem o protótipo militar? O objetivo geral é compreender como o ensino pode promover o entendimento crítico da realidade social e profissional de bombeiros voluntários com intuito libertário onde conceitos de disciplina, típicos das doutrinas militares não sejam fatores determinantes, afastando-se do tipo ideal do bombeiro militarizado. Nos objetivos específicos procuramos demonstrar como se organizam os serviços de bombeiros em Santa Catarina, além de observar como o ensino pode ser crítico em relação ao modelo de inspiração militar. A metodologia utilizada, epistemologia social baseada em uma pesquisa-ação participante, qualitativa, bibliográfica e documental. Conclui-se que o modelo estatal de Bombeiro é o militar e têm fundamentos históricos, inclusive na legislação, diferentemente as associações voluntárias de bombeiros que são entidades civis do terceiro setor tendem a manter um perfil militar, assim o ensino poderia contribuir com a descaracterização do isomorfismo.

Palavras-Chave: Bombeiro militar. Bombeiro voluntário. Ensino. Isomorfismo.

^{1*} Licenciado em Ciências Sociais, Unicid (2013) Especialista em Defesa Civil Unyleya (2017), e-mail comunae18@gmail.com

^{2**} Professor Orientador, Tecnólogo em Gestão Pública, Uninter (2011), Licenciado na Educação Profissional e Tecnológica, IFSC (2020), Especialista em Gestão Pública na EPT, IFSC (2020), especialista em Docência na EPT IFSC (2020), Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Unochapecó (2019). Servidor Técnico Administrativo do IFSC, e-mail fulvio@unochapeco.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A capacitação de bombeiros voluntários como proposta crítica voltada à construção identitária é resultado da observação durante capacitação realizada entre 19 de Novembro de 2020 e 17 de Dezembro de 2020 em uma Associação de Bombeiros Voluntários de uma cidade do Estado de Santa Catarina, durante a vigência da Portaria GM/MS 188 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2020 que declarou a emergência nacional em decorrência da pandemia por infecção do vírus SARS-CoV-2. O curso surgiu como necessidade de capacitar os voluntários para exercer atividades básicas de controle de incêndios e salvamentos, como tripulantes da guarnição da viatura Auto bomba, ou seja, o caminhão.

A capacitação contou com a presença de 12 pessoas com idades entre 21 a 47 anos, todos eram bombeiros voluntários formados com experiência em atendimento de emergências de primeiros socorros e buscavam ampliar o conhecimento para atuar no caminhão. A capacitação procurou seguir um contexto pedagógico com aplicação de elementos críticos como Projeto Pedagógico de Curso - PPC, onde delimitou-se o objetivo de fortalecimento, pertencimento e construção de identidade dos bombeiros, com observação a educação coletiva, respeitando saberes, limitações e potencialidades dos indivíduos, evitando o modelo militarista no curso baseado-se em proposta de educação emancipatória, crítica e libertadora, mas promovendo o saber profissional (IFSC, 2016, p. 13). O que nos leva ao problema da pesquisa: como um projeto de ensino de bombeiros voluntários é possível ser pensado e executado sem o protótipo militar?

O objetivo geral da pesquisa é compreender como o ensino pode promover o entendimento crítico da realidade social e profissional de bombeiros voluntários com intuito libertário onde conceitos de disciplinaridade, típicos das doutrinas militares não sejam fatores determinantes, se afastando do tipo ideal do bombeiro militarizado. Para tanto nos objetivos específicos procuramos demonstrar como se

organizam os serviços de bombeiros em Santa Catarina, além de observar como o ensino pode ser crítico em relação ao modelo de inspiração militar. A pesquisa busca observar como as organizações sociais de bombeiros voluntários reproduzem modelos imperantes das organizações militares e conseqüentemente não realizam o papel de promoção de emancipação popular acabam, portanto, se mantendo como monólitos devido a falta de observação crítica da realidade estrutural onde estão inseridas, porém mantendo um verniz democrático devido a sua identidade como organização do terceiro setor.

A inquietação que nos levou a pesquisar o assunto tem origem nos anos trabalhados primeiro como Bombeiro militar e posteriormente como Bombeiro voluntário, onde vivenciamos as duas realidades profissionais, embora distintas sendo uma de servidor público militar e outra civil, voluntária e não remunerada. Observamos que a organização civil e voluntária em muitos aspectos tende seguir inspirações da instituição militar. Logo cremos na importância da pesquisa observando como a educação, fomentada pela docência pode ter um papel relevante na construção de dinâmicas para a educação profissional de bombeiros voluntários, em especial no presente momento onde notamos o esforço de segmentos acadêmicos em organizar e construir a cultura de prevenção e participação social nas ações de proteção civil, onde atuam as associações de bombeiros Voluntários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Bombeiros em Santa Catarina: Breve histórico e organização dos serviços

Ao tocar no assunto Bombeiros é inevitável observar que no Brasil a adoção organizacional é alicerçada na hierarquia e disciplina militar e de subordinação aos Governadores dos Estados, sendo por definição constitucional forças auxiliares do Exército, com atividades definidas voltadas ao controle de incêndio e defesa civil³

³ A Constituição Federal no artigo 42 determina que os membros das Polícias Militares e Corpo de

Brasil (1988). Há traços históricos deste modelo em 1856 no Decreto imperial N° 1.775 de 2 de julho de constituição do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte⁴, que utiliza operários do Arsenal de Guerra da Marinha, das obras públicas e da casa de correção, estipulando o ideal desejável de bombeiro:

Art. 3º Em cada huma das Repartições mencionadas no Artigo antecedente, será creada ou organizada huma secção de bombeiros, composta dos operarios que forem mais ageis, robustos e moralizados, preferidos os mais amestrados em qualquer dos officios de machinismo ou construcção. [sic passim] (BRASIL, 1856).

Conforme notamos o recrutamento era baseado em perspectivas patriarcais, e em 1880 novo decreto⁵ efetiva os bombeiros como unidade militar, ou seja, surgem, por exemplo, os cargos de Tenente-coronel, Major, Capitão e Tenente, com direito de utilização de uniformes e insígnias das referidas carreiras militares, enfim com a instalação da república o nome se torna Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Ramalho (2012), na época sendo esta corporação lotada no Rio de Janeiro constituído independente de outra estrutura, diferente da hodiernidade, como é o caso da maioria dos Corpos de Bombeiros estaduais fundados dentro das estruturas das então Forças Públicas, atuais Polícias Militares.

Como se nota, os Bombeiros estiveram na esteira das legislações voltadas às Polícias Militares (PM), mesmo quando não sendo parte das PM. No artigo 167 da constituição de 1934 as Polícias Militares passam a ter um papel de garantia de ordem pública sendo consideradas forças auxiliares do Exército, em 1936 a lei federal 192 reorganiza as Polícias Militares a nível estadual Brasil (1936).

Em 1967, através do Decreto-lei 317 surge a Inspetoria Geral das Polícias Militares para supervisionar as instituições estaduais que são novamente descritas como forças auxiliares do Exército, neste decreto-lei é descrito que mediante proposta do Ministério da Guerra os Corpos de Bombeiros estaduais, municipais, de território e do distrito federal poderiam ter declaração de condição de “militar”, Brasil

Bombeiros Militares são organizados com base na hierarquia e disciplina, sendo militares estaduais, mais a frente no artigo 144 da CF são descritos como forças auxiliares do Exército e subordinados aos governadores.

⁴ Decreto N° 1.775, de 2 de julho de 1856 - Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incendios. [sic]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1775-2-julho-1856-571280-publicacaooriginal-94371-pe.html>>. Acesso em: 01/06/2021.

⁵ Decreto 7.766 de 19 de Julho de 1880 - Concede Graduações Militares aos Officiais do corpo de bombeiros [sic]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7766-19-julho-1880-546991-publicacaooriginal-61631-pe.html>> em 20/06/2021

(1967), o que claramente demonstra que os Corpos de Bombeiros não gozavam de prestígio, e por fim em 1969 o governo militar funde as Guardas Civas, que era outro modelo policial vigente no período, com as Polícias Militares reformulando ao modo atual como conhecemos os serviços das PMs e Corpos de Bombeiros e que continuou após a constituição de 1988.

Em Santa Catarina o Corpo de Bombeiro Militar surge igualmente na Força Pública do Estado devido a comoção causada em decorrência de incêndio em residência em 1919, e para se consolidar a nova instituição, importa conhecimento externo:

Em resposta a esta contenda o então governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, assinou em 16 de setembro de 1919 a Lei Estadual número 1.288, que criou a Seção de Bombeiros da Força Pública.

Tinha-se naquele momento o primeiro desafio institucional: operacionalizar o serviço de combate a incêndios, ainda restrito à vila de Florianópolis, com integrantes da tropa que até então era empenhada e capacitada para atuar somente nas atividades de segurança pública (manter a ordem pública e atender às requisições de autoridades judiciárias e policiais).

A solução encontrada à época foi trazer para Santa Catarina a expertise de militares de outras instituições que poderiam compartilhar as técnicas aplicadas naquele tempo para a extinção de incêndios.

Aportaram em Florianópolis para atender a esta demanda o 2º Tenente Domingos Maisonette acompanhado do auxiliar 2º Sargento Antônio Rodrigues de Farias, provenientes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - na época situado na cidade do Rio de Janeiro.

A vinda destes proporcionou a capacitação do efetivo de bombeiros da Força Pública e a compra dos primeiros conjuntos de equipamentos necessários para a ativação do serviço, o que culminou na inauguração em 26 de setembro de 1926 da Seção de Bombeiros da Força Pública. (SANTA CATARINA, 2021)

A estrutura, hoje do Corpo de Bombeiros Militar, possui 15 Batalhões no estado⁶, entretanto no Estado de Santa Catarina também há os bombeiros voluntários, organizados em Associações de Bombeiros Voluntários⁷(ABV), muito embora, não aparente, são organizações sociais civis do terceiro setor e somam 31 associações independentes com número de 4.773 integrantes sendo destes 1.442 mirins e aspirantes (menores de idade), 729 voluntários não operacionais, 2.207 voluntários operacionais e 395 remunerados operacionais e administrativos (ABVESC, 2021), sendo estes chamados de efetivos. Cada ABV é afiliada à Associação de Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina - ABVESC.

⁶ <https://portal.cbm.sc.gov.br/index.php/institucional/estrutura/batalhoes-bombeiro-militar>

⁷ Utilizaremos a sigla ABV para o sentido de uma Associação de Bombeiro Voluntários

Todas reguladas pela Lei Federal 13.019/14⁸ ⁹, conhecida como marco regulatório das organizações sociais e na forma de arregimentação e organização de pessoal através da Lei Federal 9.608/98¹⁰, conhecida como lei do voluntariado estando coligadas através da ABVESC que tende a ser uma central única em busca de padronização ética, estética, técnica e de coordenação de captação de recursos estaduais.

A atuação dos bombeiros voluntários se confunde com os militares, devido a isto, importante ressaltar suas origens, cuja mais icônica, está no surgimento do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, primeira instituição em Santa Catarina a se constituir como de serviço de bombeiro. As articulações para sua formação se efetivaram em reuniões que se estenderam no ano de 1892. Em ata de reunião em 13 de Julho do referido ano, foram eleitos 5 bombeiros para compor um Conselho Administrativo, além de Comandante, Subcomandante e aceitação provisória dos estatutos da sociedade onde se estipulava, por exemplo, que a finalidade era proteger e salvar a vida e propriedade dos moradores, a realização de exercícios físicos e colaboração monetária por parte dos membros, que deveriam ter reputação ilibada e participação de treinamentos, além de expressa determinação de que o Comandante recebe a continência dos membros, Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (2018), o que de certo modo já demonstra traços típicos da organização hierárquica militar, característico do isomorfismo mimético.

Este é o cenário dos dois modelos de organização de Bombeiros no estado, sendo a militar com uma unidade central de formação e capacitação única e a outra voluntária, com cada qual ABV em particular com seu modelo de formação, capacitação e ensino, porém com a ABVESC orientando para uma padronização destas associações com suas 14 Instruções Normativas, Abvesc (2021). Enfim, cada

⁸ Lei N° 13.091 de 31 de julho 2014 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm#:~:text=Estabelece%20o%20regime%20jur%C3%ADdico%20das.pol%C3%ADtica%20de%20fomento%20e%20 que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil [...]

⁹ Não descrevemos a Lei Federal 9.790 de 23 de março de 1999, que qualifica pessoas jurídicas de interesse privado como OSCIPs http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm justamente por nem todas as Associações de Bombeiros Voluntárias possuem tal classificação

¹⁰ Lei N° 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm dispõe sobre o serviço voluntários e dá outras providências.

modelo, o militar e o voluntário com seus métodos próprios de seleção de pessoal e formação.

2.2 Bombeiros voluntários: perspectiva do ensino profissional com um olhar crítico perante a obsolescência do viés militar.

Um dos campos a serem explorados pelos pesquisadores é o das relações políticas, sociais, econômicas e educacionais dos bombeiros voluntários, muito embora existam pesquisas voltadas a instituições militares abordando aspectos profissionais, treinamentos e até as estruturas das instituições, não obstante ocorre o mesmo com as instituições de bombeiros voluntários, portanto organizações do terceiro setor. Todavia se faz essencial observar os bombeiros voluntários, visto que a ausência de trabalhos não permitem uma análise mais abrangente desta categoria social de profissionais.

Vê-se, pois, que, assim como a defesa da competência técnica pode ser apropriada pelos conservadores e reacionários, a defesa do compromisso político também pode ser apropriada pelos que buscam esvaziar a educação escolar de sua contribuição especificamente pedagógica para a transformação social, com o que se acaba por anular a direção transformadora de seu compromisso político. (SAVIANI, 2011, p. 46).

A problematização, em especial nos processos educativos e formativos, ou seja, do ensino de bombeiros voluntários que aparentam não estar em consonância com a Educação Profissional Tecnológica (EPT), “se a técnica, em termos simples, significa a maneira considerada correta de se executar uma tarefa, a competência técnica significa o conhecimento, o domínio das formas adequadas de agir: é, pois, o saber-fazer” (SAVIANI, 2011, p. 32), assim exige-se do Bombeiro Voluntário, a competência técnica para exercer as atividades de sua “categoria profissional”, porém a competência técnica implica uma desconstrução de pensamento, “em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania” (IFSC, 2016, p. 11), percebe-se aqui a necessidade de novas técnicas e metodologias de ensino, trabalhando o saber organizado e sistematizado para as organizações voluntárias, como uma característica humanizada, que deveriam ser características essenciais aos corpos de bombeiros.

As atividades desta categorias de profissionais, se é que podemos classificar

de tal modo, pois que nem todos voluntários são remunerados, e sim, são voluntários, com motivos próprios e pessoais para realizar suas atividades que são permeadas de ações oriundas de conhecimentos fundamentados, não exclusivamente saberes teóricos e científicos, mas em fazeres práticos com conhecimentos que produzem igualmente sentidos intelectivos e teorizações, muito embora estes no primeiro contato com a atividade de voluntário se exerça mediante o estudo prático-teórico ou teórico-prático. Para um bombeiro a efetiva construção identitária de artífice se materializa quando este segura a ferramenta e identifica, por exemplo, como abrir e fechar o esguicho diante do fogo ou da fumaça, ou durante a imobilização de uma fratura, assim a educação como “ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa subsistência e, em geral, nossos modos de vida” (IFSC, 2016, p. 9), destarte ocorre a configuração da utilização da técnica como ação transformadora, portanto:

[...] se a técnica é inerente ao ser humano, o trabalho, por sua vez, é o *exercício social da técnica*. Incorpora, portanto, a dimensão social do fazer técnico do trabalhador. Tal dimensão tem diversas camadas: ética, estética, econômica, identitária, entre outras. [...] (ALLAIN; WOLLINGER; GRUBER. (2017) apud (PINTO), 2005)

Contudo como observamos na pesquisa as ABVs desde sua origem mais remota adotaram para suas dimensões ética, estética identitárias o modelo militar ou conforme Inglat, Santos, Pupo Junior (2017), sendo uma empresa, ou diríamos uma organização, se viram obrigadas a assumir atitudes, práticas e procedimentais idênticas aos de empresas legitimadas no campo, gerando assim o isomorfismo institucional, que pode ser classificado como coercitivo, mimético e normativo, lógico sem desprezar que as ABVs são organizações sociais que podem ter aderido a homogeneização ou se assujeitadas a tal processo diante do poder hegemônico militar, o que exerce um poder alienante nos indivíduos, pois tendem a se basear no bombeiro militar como um tipo ideal no conceito weberiano.

Compreendemos que o conceito de tipo ideal presente na perspectiva epistemológica de Max Weber, refere-se a uma construção parcial da realidade, em que o pesquisador seleciona características, observa elementos e passa a construir um todo inteligível dentre outros vários possíveis. O tipo ideal é obtido mediante o conjunto de vários fenômenos analisados de forma macro, que, a fim de melhor compreensão do observador o reduz ao micro para poder extrair da sua observação o maior conjunto possível de verdades, tendo a clareza da sua instabilidade. (SCHÜTZ; SILVA JÚNIOR, 2018, p. 141).

Logo, para melhor vislumbrarmos este fato, há que se reconhecer o papel histórico das instituições militares de bombeiros e como este em nível nacional exerce o tácito direito da credibilidade, pavimentado na soberania de ser uma instituição de Estado, sendo assim um tipo primordial a ser referência. O mesmo fenômeno podemos observar em relação às ABVs menores diante da potência das ABVs tradicionais, maiores e mais hábeis em processos políticos que visem a captação de recursos do Estado para se manter.

Esta relativa naturalização se consolida na formação, se os militares têm seus processos formativos próprios com toda uma estrutura para seleção mediante concurso público, seguido de testes e investidura no cargo após aprovação, onde os alunos passam a estudar e treinar remunerados, nas ABVs o processo é bem diferente. Nas Associações maiores há condições melhores de proporcionar aos seus associados cursos, capacitações e formações de modo muito mais amparado devido os aportes de recursos públicos investidos, o que proporciona uma disparidade de vantagens em relação às ABVs menores, em total desvantagem para proporcionar processos educativos, cujo reflexo se dá no ensino, produzindo bombeiros 'generalistas' para fazer todo tipo de atendimento de emergência, em processos educativos presos mais a formas litúrgicas militarista como a ordem unida, ética e estética das disciplinaridades exigindo corte de cabelos, barbas e postura marcial, além de conteúdos técnicos e científicos pouco críticos, exíguo e célere na esteira do processo educativo da sociedade flexível atual:

Esta forma de consumo da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas tem aprofundado a distribuição do conhecimento, onde, para alguns dependendo de onde e por quanto tempo estejam integrados nas cadeias produtivas, se reserva o direito de exercer o trabalho intelectual integrado às atividades práticas, a partir de extensa e qualificada trajetória de escolarização: **o mesmo não ocorre com a maioria dos trabalhadores, que desenvolvem conhecimento tácitos pouco sofisticados**, em atividades laborais de natureza simples e desqualificados **por processos rápidos de treinamento**, com apoio nas novas tecnologias e com os princípios da aprendizagem flexível. (KUENZER, 2016, p. 5) (Grifos nossos).

Para fugir destas armadilhas, a primeira fase da capacitação ofertada no mês de Novembro no ano de 2020 na Associação de Bombeiros de Santa Catarina onde foi aplicada a pesquisa, seguiu as orientações sanitárias para evitar infecções pelo novo coronavírus, e contando com a participação de 12 pessoas, ocorreu de modo

híbrido sendo as aulas teóricas realizadas à distância, e presencial para práticas e treinamentos. Os objetivos eram o ensino básico de operações no caminhão de incêndio, portanto controle de incêndios e salvamento. Para tanto, foi preparado um Projeto Pedagógico de Curso descrevendo as perspectivas e objetivos do curso, além de estipular a metodologia de trabalhos, com a quebra do ciclo de construção de bombeiro Generalista, ou seja, somente com a perspectiva de preparação para o assunto em pauta do curso. A capacitação foi estipulada em duas fases, uma abordando a utilização de ferramentas da viatura e técnicas de manuseio, aulas totalmente práticas em campo, onde de modo ostensivos conceitos eram revisados a fim de quebrar as naturalizações amplamente difundidas entre os que já possuíam experiência de bombeiros voluntários, fossem estas empíricas ou mediante formação justamente para que não fossem ensinadas por estes aos novatos, dando ênfase ao saber sistematizado.

[...] saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. (SAVIANI, 2011, p. 14).

Por exemplo, o conceito de Quartel é substituído por Posto de Bombeiro Voluntário com intuito de expressar a identificação com a essencial civil, o conceito de Combate a incêndio deixa de ser utilizado pela adoção das palavras Controle e Extinção de incêndio, como atividade operacional prática que define a ação de um grupo de pessoal especializado habilitado e treinado, com identidade assemelhada e um senso de pertencimento distante de perspectivas orgulhosas e chauvinistas, e mais definidas pela técnica, assim o ou a, ocupante do caminhão de incêndio deixa de ser identificado como Combatente e passa a ser chamado por operador e tripulante.

Para tanto as aulas teóricas passam a ser orientadas pelas práticas sendo guia de apresentações *on-line*, sempre de modo prévio, o contato físico, através do toque e tato, para percepção dos materiais e ferramentas necessários para realização das atividades laborais, sendo este um estado natural e essenciais para assimilar através de simulações as técnicas, através de construção coletiva do entendimento dos sentidos, ou seja a observação, depois a pintura do quadro o que nos permitiu desconstruir através do questionamento a concepção de heroísmo, tão

disseminadas pela mídia aceitas pelo senso comum (TOASSI, 2008), um senso que no militarismo é histórico e com valor de exaltação profissional, mas que para um civil e voluntários facilmente pode extrapolar o apaixonante tipo ideal mimético.

Deste modo os três conceitos de Isomorfismo começam a ser desfragmentados nos sentidos coercitivos, pautados em pressões formais e informais, Inglat; Santos; Pupo Junior (2017), de imposições nas relações políticas e sociais da cidade como no entendimento coletivista da função do bombeiro voluntário na defesa do interesse da comunidade e não de interesses econômicos e temporais, sejam estes políticos e pessoais, mesmo assim longe do altruísmo e próximo dos valores da cidadania e da técnica. No sentido do isomorfismo mimético, onde as incertezas diante da insuficiência da pouca compreensão da tecnologia organizacional produz a imitação no modelo já legitimado Dimaggio e Powell (2005), fato que se consolida com a própria origem das ABVs permeada de ex militares, que legitimam constantemente o modo militar como o mais apreciável para o enfrentamento das emergências.

O isomorfismo normativo, perpetua a hegemonia do militarismo, através da seleção de pessoal por meio do recrutamento, ou processos de formação e profissionalização Inglat; Santos; Pupo Junior (2017), de novos bombeiros voluntários que tenham realizado capacitações em outros locais, como os oriundos de outras ABVs, que acabam por moldar os novos e manter a estrutura imutável na forma, estanque na inovação e alienante na reprodução do tipo ideal disforme, que sendo civil copia o militar sem conseguir sê-lo. Neste sentido a docência nos moldes de um ensino crítico buscando o modelo da EPT se torna um instrumento de promoção de questionamento direto do isomorfismo coercitivo, mimético e normativo desfragmentando-os através da ação crítica e problematizadora das tautológicas dos modelos tradicionais dentro de uma realidade imperceptivelmente tida como pronta.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A epistemologia social, foi a que se seguiu neste trabalho, baseando-se em dois aspectos conceituais importantes e complementares: “[...] a questão da impossibilidade do distanciamento e da assepsia metodológica ao lançarmos olhares sobre o mundo; e o fato de que somos necessariamente parte daquilo que analisamos e, muitas vezes, tentamos modificar” (SILVA; GODOI;

BANDEIRA-DE-MELLO, 2010, p. 5).

A formação dos Bombeiros Voluntários, é provavelmente um campo não muito observado, logo sem materiais facilmente encontrados para pesquisa, por outro lado há inúmeras pesquisas a respeito das formações de Bombeiros Militares, para melhor observarmos esta questão utilizamos a pesquisa acadêmica fundamentada no método de uma pesquisa-ação participante:

A pesquisa-ação é o estudo da ação, quase sempre com a intenção de conseguir aprimorá-la, mas é especial por ser realizada pelas pessoas diretamente responsáveis pela ação. Essa pessoa poderia ser um assistente social ou a equipe da Casa Branca. É um auto estudo com menos ênfase na teorização e mais no desempenho, fazendo perguntas como "O que eu estou fazendo?", "O que deveríamos estar fazendo de maneira diferente?" (STAKE, 2011).

Objetivamente a pesquisa-ação participante procura realizar um estudo específico de uma capacitação de formação de Bombeiros Voluntários desvincilhada do padrão militar, e na ausência de referenciais teóricos a pesquisa se balizou por analogia na revisão bibliográfica de artigos para procurar desenvolver nova abordagem Marconi e Lakatos (2003).

Em relação a aplicação da capacitação, está se deu diretamente entre o pesquisador e os capacitandos, portanto foram realizadas observações em campo, sendo assim vivenciadas diretamente de modo participante, assistemático e natural visto que naquele momento observador fazia parte da associação, Marconi e Lakatos (2003).

Embora sendo uma pesquisa participante, uma medida de distanciamento foi seguida para não comprometer a análise, ou seja, sem deixar de observar que, "o olho vê muito, também perde muito, a pesquisa qualitativa procura não ser simplesmente um senso comum disciplinado Stake (2011), mas sim uma perspectiva crítica de interpretação da situação isomórfica na qual estão aficcionados os bombeiros voluntários e sua associação, conforme Silva e Menezes (2005, p. 20), "há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números", procurou-se essa compreensão de uma organização voluntária sem a representação numérica, para Gil (2008, p. 175), as pesquisas participantes e pesquisa-ação, tem como primordial os procedimentos analíticos de natureza qualitativa.

Neste sentido, para lograr êxito na resposta do problema de pesquisa, foram pesquisados obras e artigos científicos, que apontem instrumentos e elementos, que permitam a assimilação e entendimento do mimetismo e isomorfismo perpassado nas Organizações de Bombeiros Voluntários, junto a necessidade de uma educação crítica, libertadora e emancipadora.

Assim a pesquisa bibliográfica e documental, foi de um referencial ímpar, eis que, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50), ou seja, são materiais de acesso universal, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51), assim pesquisa bibliográfica e documental se complementam.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O histórico da Instituição Bombeiros Militares ou Voluntários, acabam se entrelaçando em um momento histórico. Enquanto a organização Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, depois transformada em Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, tem ao longo do processo o tipo ideal militar como reconhecido (BRASIL, 1880), garantindo recursos e soldo com verba da segurança pública, as Organizações Bombeiros Voluntários vão buscando seu espaço, muitas vezes necessitando arrecadar verbas entre a comunidade. Desta forma os Corpos de Bombeiros Militares em sua maioria acabam ligados ao aparato das Secretarias de Segurança Públicas dos Estados, junto a isso os ritos da Administração Pública, estando em uma situação profícua, onde por analogia e similaridade com a Polícia Militar tem o caráter de garantia da ordem pública.

Além disso conforme observado por determinação constitucional os Corpos de Bombeiros dos estados são por natureza militares, portanto seguindo o sistema militar das Forças de Segurança Pública, assunto não se esgota, pelo contrário gera controvérsia, pois que muitos pesquisadores comparam o sistema policial brasileiro, baseado no modelo francês, com os de países de origem anglo-saxã. Conforme Ferreira e Reis (2012), o sistema Francês de Polícia é desconhecido no país com tentativas de intervenção sem (re)conhecer a estrutura, os autores ainda afirmam que não é um sistema exclusivo no país e a dualidade policial em uma polícia Militar

e outra civil tem seu estabelecimento em Portugal no século XVIII, porém na contramão do que ocorre na França, onde o status policial de origem militar migra para o status civil, em Portugal se dá o oposto, e o reflexo se perpetua na colônia Ferreira e Reis (2012). As disparidades entre as organizações são tipificadas a seguir.

Quadro 1 – Comparativo Bombeiro Militar e Bombeiros Voluntário

Organização	Bombeiro Militar	Bombeiro Voluntário	COMPARAÇÃO
INGRESSO	Concurso Público, nomeado pelo Estado, assumindo Cargo Público	Indicação de voluntários atuantes, ou por processo de abertura de vagas.	Ingresso conforme estabelecido na CF/88. Indicação de pessoas (patriarcalismo) ou processo simplificado.
REMUNERAÇÃO	Governo Estadual, arca com vencimento e/ou remuneração.	Organização voluntária, paga para alguns dirigentes ou pessoas com expertise. Mas a grande maioria é sem remuneração, atuando como Serviço Voluntário.	Para Bombeiro Público é baseado na Lei estadual, tendo todos um parâmetro de soldo, conforme o tempo de casa. No outro a discricionabilidade do gestor impõem o valor de remuneração.
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS	Governo do Estado, compra através de licitação pública, onde o vendedor procura pela venda. Não há exigência de marca e modelo, para não haver direcionamento, salvo as previsões legais.	As entidades fazem um orçamento via de regra a empresas convidadas, onde o comprador procura o vendedor. Pode haver direcionamento de marca e modelo.	Via de regra precedido por orçamentos, mas um o vendedor procura o comprador, no outro o processo é inverso. Na instituição estatal não pode haver direcionamento salvo definições legais, porém no terceiro setor é liberado.
TREINAMENTO	Militar, hierarquizado e disciplinado, moldado para via de regra, seguir todas as ordens impostas. Capacitações pagas com Verbas Públicas, realizados na academia própria da Corporação ou em Corporações parceiras.	Militarizado, hierarquizado e disciplinado, moldado para via de regra, seguir todas as ordens impostas. Capacitações financiadas por repasses de verbas municipais onde estão instaladas e doação espontânea da comunidade através da conta de energia elétrica e	Militarizado, hierarquizado, disciplinado, moldado para via de regra, seguir todas as ordens impostas. As verbas para pagar treinamentos e capacitações são distintas, e os promotores da

	Sem uma proposta pedagógica condizente com a realidade social dos locais onde estão inseridas as unidades e realizadas de formas generalistas.	apoio de outras associações voluntárias, ou até militares sem proposta pedagógica condizente com a realidade social local totalmente generalista.	capacitação também. Em ambos modelos o ensino e treinamento é distante da realidade social e em alguns voluntários, mais ou menos precário tanto no ambiente quanto nos conteúdos, sendo reprodutor de paradigmas.
--	--	---	---

Fonte: o autor (2021).

Das comparações do quadro acima, temos que no processo de ingresso das organizações militares ocorre conforme estabelecido na CF/88 impessoalidade, já nos voluntários indicação de pessoas, por laços de amizade afinidade e parentescos em espécie de (patriarcalismo) ou processo simplificado mediante cursos de formação. Na remuneração militares baseado em Lei estadual, tendo todos um parâmetro de soldo, conforme a carreira, ou seja, o tempo de serviço e posição hierárquica, nas associações voluntárias a discricionariedade do gestor impõem o valor de remuneração. As aquisições de uniformes e equipamentos, militar precedido por orçamentos, mas o vendedor procura o comprador, no outro o processo é inverso, sendo o comprador que procura o vendedor, portanto enquanto nos Bombeiros militares salvo definições legais, não pode haver direcionamento, nos voluntários os processos são mais liberais para aquisição de uniformes e equipamentos, o que pode ir na contramão dos princípios da gestão pública.

Em relação aos treinamentos ambas instituições militares e voluntários, tem o tipo ideal, militar, hierarquizado e disciplinado, moldado para via de regra, seguir todas as ordens impostas, diferenças nas verbas para pagar treinamentos e capacitações são distintas, e os promotores da capacitação também, pois nas militares o treinamento/capacitações pagas com Verbas Públicas, realizados na academia própria da Corporação ou com raras exceções em Corporações parceiras, enquanto os voluntários, neste quesito, as verbas são oriundas de repasses dos convênios com as prefeituras municipais e mediante doação espontâneas nas contas de energias elétricas realizadas pelas comunidades das cidades onde estão instaladas, sendo que os processos de ensino para ambos modelos a proposta pedagógica tendem a ser generalistas e pouco conectados a realidades sociais locais, com observação que algumas associações voluntárias tendem a promover

capacitações precarizadas tanto em ambiente, conteúdos e na reprodução de paradigmas como observado de inspirações militares que se fundamentam historicamente.

No Brasil colônia, a polícia era utilizada para a Salvaguarda do Rei, Azevedo (2014, p.14), nos anos de 1820 a Guarda Nacional, inspirada no modelo da Gendarmerie Nationale Francesa de status militar, (Ferreira; Reis, 2012) tinha por função defender as oligarquias que dirigiam o Estado Imperial, e em 1831 o império transfere o dever de cuidados polícias as milícias estas sentiam necessidades de conhecimentos profissionais de acordo com Azevedo (2014, p . 2, *apud* ANDRADE; CAMARA, 1931, p. 237).

Como vemos historicamente, no Brasil as organizações que atuavam com segurança sempre desejaram a profissionalização e status de militar, seja, pelas determinações do Estado na constituição destas organizações de combate ao incêndio como militares, conforme observado na pesquisa, ou, por convite para instituições estrangeiras fornecer o ensino com o que supunha ser o modelo mais moderno como notamos com as missões francesas no início do século XX:

A contratação da Missão Francesa por Jorge Tibiriçá marca um momento decisivo na remodelação da polícia militar de São Paulo, repercutindo nos enunciados discursivos que legitimavam a necessidade de uma força exterior para a realização do processo de disciplinarização e modernização das estratégias de constituição do corpo soldado em plataforma corpórea policial [...] (AZEVEDO, 2010).

A forma estrutural do modelo policial militar no país, foi implementada com as missões francesas no início do século XX, contratadas com intuito, de profissionalização militar no país, tanto no exército, como na Força Pública de São Paulo, onde os objetivos de um novo padrão de disciplina, hierarquia e preparação física para uma polícia especializada, em treinamentos postos como científicos, com educação física nos moldes europeu, ou mais ainda francês de uma sociedade organizada, Góis Junior (2016, p. 1030). Consolidou o modelo militar institucional no país garantindo uma credibilidade essencialmente tradicional e histórica permanecendo até a atualidade nas Polícias e Corpos de Bombeiros.

Do ponto de vista cultural, a crítica ao passado não significa, pois, outra coisa senão a apropriação ativa do saber acumulado, que é, assim, depurado de seus elementos anacrônicos (pelos quais serve à perpetuação desse mesmo passado enquanto cristalizado na ordem constituída) e articulado às exigências do desenvolvimento histórico. Daí a desautorização

da concepção enciclopédica de cultura, que é justamente a concepção positivista segundo a qual a cultura se resume a uma coleção de noções, a uma somatória de conhecimentos. (SAVIANI, 2011, p. 53).

Consequentemente conforme observamos em sua origem o Corpo de Bombeiro de Joinville, organização social de terceiro setor, surge em seus primórdios com um viés militar com cargos de Comandante e Subcomandante e instituindo sinais de deferências tipicamente militar, em uma apropriação e reprodução do saber acumulado, como a continência, ao Comandantes, obviamente que em anos de busca de existência nas comunidades de suas cidades, as associações de bombeiros voluntários passaram a enfatizar de algum modo a imitação de modo mimético as instituições do Estado como um modelo seja por sobrevivência e até mesmo devido ao grande trânsito de ex militares em seus quadros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos a organização no país e em Santa Catarina dos serviços dos Corpos de Bombeiros Militares e sua estruturação, assim como as características dos Bombeiros voluntários, instituições civis do terceiro setor em Santa Catarina, assim como caracterizamos aspectos legais de ambos modelos.

Posteriormente apontamos como o isomorfismo produz efeitos nas associações de bombeiros voluntários e descrevemos uma experiência de ensino em uma associação de bombeiros voluntários desfragmentando alguns conceitos que ratificam a imitação que busca a credibilidade e também a normalização dentro de um padrão do tipo ideal de ser bombeiro de inspiração militar, por fim demonstramos como se fundamentam a militarização histórica das instituições estaduais para podermos melhor vislumbrar como isto produz interferências dentro das ABVs.

Neste sentido, observamos que a adesão das associações de bombeiros voluntários ao padrão institucional militar, produz nos indivíduos uma perspectiva de idealização de um bombeiro, nos moldes do militar, obviamente que estas características se perpetuam de modo não tão perceptíveis devido a aceitação da naturalização como estamos acostumados a ver estas organizações do terceiro setor que atuam como Bombeiro.

A burocratização das corporações e do Estado foi alcançada. As organizações ainda estão se tornando mais homogêneas, e a burocracia **permanece a configuração organizacional comum.** Hoje, no entanto, a mudança estrutural nas organizações parece ser cada vez menos orientada pela competição ou pela necessidade de eficiência. DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 75) (Grifos nossos).;

Na contramão deste processo alienante que produz, por exemplo, privilégios nas ABVs como o dos bombeiros voluntários remunerados chamados de efetivos em detrimento de massa não remunerada, por critérios nem sempre claros e definidos efeitos de uma regra patriarcal, burocrática e organizacional comum e que oprime o desenvolvimento das identidades de um bombeiro voluntário no país. O que nos leva a pensar na educação como meio de promoção de questionar esta realidade, através do ensino de bombeiros voluntários, mais especificamente na docência trabalhada na desconstrução de similaridades e imitações normatizadoras introduzidas através de conceitos fundamentados no modelo militar, de forma esperar que a pesquisa possa contribuir de maneira crítica, inclusive podendo atrair outros pesquisadores e a academia a problematizar este lapso tão importante que requer emancipação de amarras para poder cumprir o relevante papel de atuar em situações de emergências e produzir o entendimento social de prevenção coletiva diante de desastres e risco a vida.

O isomorfismo mimético das organizações de Bombeiros Voluntários, perpassa o ambiente de treinamento e organização interna, com apelo ao formalismo no comando, treinamentos “ordem unida, marchas”, porém em critérios formais como ingresso, remuneração, aquisição de uniformes e equipamentos, o isomorfismo não consegue se estabelecer, seja pelas dificuldades financeiras, ou fatores externos. Existem outras possibilidades de comparação que não foram exploradas por não ser o escopo do trabalho, como penalidades aos membros, erros/fatalidades que devido ao tipo de serviço a possibilidade é iminente, mortes de membros da corporação ou terceiros em alguma emergência, e por fim a possibilidade de dissolução da corporação.

O artigo não procura desconstruir a necessidade de organização, disciplina e padronização nas ABVs, nem tão pouco a importância do direito e dever do popular se organizar e criar mecanismos e métodos próprios de auto proteção civil coletiva para prevenção e atendimento de emergências, mas a crítica na necessidade desta organização popular e civil adotar e se ancorar em um sistema mimético e desigual,

onde os voluntários totalmente descaracterizados de suas particularidades, devem agir como se militares o fossem, mas sequer possuindo equiparação, pois além de seus afazeres diários, executam mais uma jornada para auxiliar seus concidadãos, jornada está, imposta pela ineficiência e inércia do Estado e de seus administrados, em não atender todos os municípios de forma igualitária e homogênea na abrangência de oferta de serviço.

REFERÊNCIAS

ABVESC (Santa Catarina) (org.). **Relatório de Atividades da Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina - ABVESC**: ano 2021-exercício 2020. Joinville: Abvesc, 2021. Disponível em: https://www.abvesc.com.br/index/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-de-Atividades-ABVESC_Ano-2021_Exercicio-2021.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

ABVESC. **Normas e Notas Técnicas**: 2021. ABVESC. Disponível em: <https://www.abvesc.com.br/normas-associao-bombeiros-voluntarios-sc/>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo Roberto; GRUBER, Crislaine. **Desafios epistemológicos para a Educação Profissional Tecnológica**: .. 2017. 18 f. Belo Horizonte, 2017. Cap. 1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317167609_Desafios_epistemologicos_para_a_Educacao_Profissional_Tecnologica. Acesso em: 01 jun. 2021.

AZEVEDO, José Eduardo. **Polícia Militar de São Paulo: elementos para a construção de uma cartografia social da questão policial no Brasil**. Revista LEVS: Laboratório de Estudos da Violência e Segurança, Marília, n. 1, p. 11-24,. 2008. Mensal. UNESP-Faculdade de Filosofia e Ciências - Revista LEVS e-ISSN 1983-2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/759>. Acesso em: 10 ago. 2021.

AZEVEDO, José Eduardo. **Governamentalidade, Especialização e Profissionalização da Polícia Militar de São Paulo no Século XX**. Revista LEVS :Laboratório de Estudos da Violência e Segurança, Marília, n. 5, p. 13-23, 05 maio 2010. Mensal. UNESP-Faculdade de Filosofia e Ciências - Revista LEVS e-ISSN 1983-2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/1112>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1. ed. Brasília, DF: Planalto, 05 out. 1988. Art. 42 e Art. 144. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do**

Brasil de 16 de Julho de 1934. 1. ed. Rio de Janeiro, DF: Planalto, Art.167. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.072 de 30 de Dezembro de 1969.** 2. ed. Brasília, DF: Planalto, 30 dez. 1969. Incorporação de Integrantes das Guardas-civis às Polícias Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Decreto-Lei/Del1072.htm. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. Reorganiza as Polícias e os Cargos de Bombeiros Militares dos Estagiados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. **Decreto-Lei Nº 317 de 13 de Março de 1967.** 1. ed. Rio de Janeiro, DF: Planalto, 13 mar. 1967. Reorganização das Polícias Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0317.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 2 de Julho de 1856:** dá regulamento para o serviço de extinção dos incêndios.. Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios.. 1856. Leis do Império do Brasil de 1856. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1775-2-julho-1856-571280-publicacaooriginal-94371-pe.html>. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.766, de 19 de julho de 1880.** Concede graduações militares aos Oficiais do corpo de bombeiros. Rio de Janeiro, RJ: Planalto, 19 jul. 1880. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1880, Página 360 Vol. 1pt2 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7766-19-julho-1880-546991-publicacaooriginal-61631-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Lei do Voluntariado. Brasília, DF: Planalto, 18 fev. 1998. D.O.U. 19/02/1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília, DF: Planalto, 31 jul. 2014. D.O.U. 1/08/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE JOINVILLE (Santa Catarina). **Atas do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville:** 1892-1938. Joinville: Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, 2018. 508 p. Tradução: Helena Remina Richlin - Impressão Tipográfica Indústria Gráfica.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais.** RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, abr-jun, p.74-89, 2005. Disponível em:

<https://rae.fgv.br/rae/vol45-num2-2005/gaiola-ferro-revisitada-isomorfismo-institucional-racionalidade-coletiva-nos>. Acesso em: 13 jul. 2021

FERREIRA, Roberto Cesar Medeiros; REIS, Thiago de Souza dos. "**O Sistema Francês de Polícia e a sua relação com a Segurança Pública no Brasil**". Anais XV Encontro Regional de História - Anpuh-Rio Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, São Gonçalo, p. 1-12, 23 jul. 2012. Anual. ANPUH - Associação Nacional de História. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338408842_ARQUIVO_O SistemaFrancesePoliciaeasuarelacaocomaSegurancaPublicanoBrasil.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A. 2008.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Nacionalismo, Educação Física e a missão francesa na Força Pública de São Paulo: uma comunidade imaginada (1906-1913)**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, [S.L.], v. 30, n. 4, p. 1023-1032, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092016000401023>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em docência para a educação profissional**. Florianópolis: 2016. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CERFEAD_P%C3%93S_LATO_ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O_EM_DOC%C3%8ANCIA_PARA_A_EDUCA%C3%87%C3%83O_PROFISSIONAL_PPC_1455.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

INGLAT, Luís Phillipe da Silva; SANTOS, Elines Tatianes Pereira dos; PUPO JUNIOR, Célio da Silva. **Isomorfismo Normativo: influência das instituições na construção do perfil do administrador**. Revista Foco: interdisciplinary Studies, Guarulhos, v. 10, n. 2, p. 11-28, 01 jul. 2017. Mensal. Revista Foco (interdisciplinary studies), e-ISSN: 1981-223X. Disponível em: <https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco/article/view/194/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. Biblioteca Virtual Instituto Federal Rio Grande do Norte. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-in dia/view. Acesso em: 27 jun. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e Escola: a aprendizagem flexibilizada**. ANPED, Curitiba, p. 01-22, 27 jul. 2016. Anual. Reunião Científica Regional da ANPED – De 24 a 27 de julho – UFPR / Curitiba / PR. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

RAMALHO, Clóvis Fernandes Dias. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: ações de respostas de desastres e os corpos de bombeiros militares**. 2012. 77 f.

Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://e0d7bd2c-8e8c-49d8-b8d1-a3128f6947c7.filesusr.com/ugd/08765e_5e56385c27bf44c289a69d724dc50565.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTA CATARINA. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. (gov.). **História. História do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.cbm.sc.gov.br/index.php/historia#:~:text=Historia,d%C3%A9cada%20de%201910%2C%20em%20Florian%C3%B3polis.&text=no%20decorso%20dos%20anos%20de.firmas%20comerciais%20da%20metr%C3%B3pole%20catarinense>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SAVIANI, Demerval., 1944-. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011. 262 p. Karla Reis.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; SILVA JÚNIOR, Edinaldo Enoque da. **O tipo ideal weberiano: presença e representação em obras de zygmunt bauman**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 210, p. 140-150, 16 nov. 2018. Bimestral. Departamento de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43965/751375138585>. Acesso em: 01 mar. 2021.

TOASSI, Andresa Jaqueline. **Heróis de fumaça: um estudo sobre os sentidos do trabalho para profissionais bombeiros**. Repositório Institucional UFSC: Repositório Institucional UFSC, Florianópolis, p. 12-182, 04 dez. 2008. Mensal. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91949>. Acesso em: 22 jun. 2021.